

Os jovens de 15 a 19 anos e o dilema trabalho-estudo: algumas questões relevantes para pensar as políticas públicas no Brasil

Angela Welters*

Doutora em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).
welters@ufpr.br

Resumo

Este trabalho teve o propósito de investigar a situação dos filhos adolescentes de acordo com sua inserção produtiva e frequência escolar. Constatou-se que se trata de um grupo bastante heterogêneo, que apresenta situações bem distintas em termos de frequência escolar e inserção econômica. Os resultados sugerem que o aumento das dificuldades de participar da atividade econômica afetou principalmente os adolescentes de famílias que não têm alto nível de renda. Esses resultados ratificam também a precária inserção dos jovens no mercado de trabalho. Assim, o ideal é consolidar o processo de adiamento de entrada dos jovens no mercado de trabalho e não restaurar o mercado de trabalho para os jovens nesta faixa etária. Este fato é importante não somente sob a ótica das condições de vida desta população, mas, sobretudo, para uma melhor estruturação do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Adolescentes. Jovens. Mercado de trabalho. Educação. Emprego.

Abstract

This work was meant to investigate the situation of adolescents according to their productive integration and school attendance. It appeared that this is a very heterogeneous group, which has very different situations in terms of school attendance and economic integration. The results suggest that the increase of the adolescents' difficulties to participate in economic activity affected mainly those from families with low level of income. The results also confirm the poor integration of young people in the labor market. So, we believe that the ideal is to consolidate the process of postponing the entry of young people in the labor market and not to restore the job market for this age group. This fact is important, not only considering the life conditions of these populations, but above all for a better structuring of the labor market.

Keywords: Adolescents. Youth. Labor market. Education. Employment.

APRESENTAÇÃO

O presente artigo traz alguns resultados de pesquisa recente (WELTERS, 2009) sobre a situação dos jovens entre 15 e 19 anos na condição de filhos segundo sua inserção produtiva e frequência escolar. A hipótese é a de que a condição socioeconômica da família, o sexo do jovem, a sua estrutura familiar, bem como a região de moradia definem situações bastante distintas do ponto de vista da participação na PEA e continuidade dos estudos.

A literatura sobre o tema mostra que a inserção dos jovens no mercado de trabalho é cerca de polêmica, sobretudo, pela discussão acerca de seus impactos sobre as condições de saúde e também no desempenho escolar. Portanto, não existe um consenso a respeito da idade adequada para entrada dos jovens no mercado de trabalho. Contudo, é enfatizada na literatura a importância da concepção de "juventudes", no sentido de heterogeneidade de caminhos de vida e diferenças na condição juvenil de acordo com o contexto em que o jovem está inserido.

De maneira geral, os estudos na área sugerem que a entrada dos jovens no mercado de trabalho seja motivada não somente pela necessidade de complementar a renda familiar, mas pela satisfação de suas necessidades de consumo, pela busca de construção da sua própria identidade e, sobretudo, de autonomia. Desta forma, muitos argumentam que o trabalho é um elemento socializador e uma maneira de afastá-los da violência e da marginalidade, em especial, para os jovens de famílias pobres (MADEIRA, 1986, 1993, 1998; SARTI, 2000; LEITE, 2002; BORGES, 2006b).

É evidente também que a adolescência é uma fase da vida que compreende um conjunto de mudanças psicológicas, intelectuais e também biológicas. É um período de formação da personalidade e também de muitos conflitos e dúvidas. Às incertezas e às dúvidas inerentes a esta fase de vida soma-se uma nova problemática relativa às mudanças na esfera familiar e também na economia e no mercado de trabalho.

Por outro lado, observa-se que a redução das oportunidades para os jovens no mercado de trabalho, desde os anos 1990, ocorre simultaneamente ao processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, cujas principais características são o crescimento do desemprego, a diminuição dos empregos assalariados no total da ocupação e o incremento nas ocupações precárias, sem carteira assinada, por conta própria e sem remuneração.

Deste modo, a dinâmica econômica pouco favorável à criação de novos empregos esteve relacionada com o aumento da inatividade e do desemprego entre os jovens nos anos 1990. Nas mudanças verificadas no mercado de trabalho, destacam-se o fechamento de portas de entrada tradicionais para os jovens e também uma maior seletividade no recrutamento de mão de obra, notadamente, pela maior exigência de escolaridade.

Se o mercado de trabalho "fecha suas portas" para os jovens, o sistema educacional absorve um número crescente de crianças, adolescentes e jovens. Os avanços do sistema educacional em termos de ampliação do acesso à escola são evidentes, quando se compara o início dos anos 1990 e 2006. Porém, ainda cerca de um em cada quatro adolescentes não frequenta a escola, segundo dados da PNAD em 2006. Um fato ainda mais preocupante é que uma parcela não desprezível (13,9%) destes jovens que estão fora da escola sequer sabe ler e escrever. Portanto, a melhoria nas condições educacionais dos jovens desde os anos 1990 não permite afirmar que se logrou solucionar o grande problema da defasagem escolar. Assim sendo, o afastamento dos adolescentes da escola constitui-se numa situação muito preocupante, principalmente pelas suas implicações nas condições de vida e de futuro desta geração.

Diferentemente do debate em torno da propriedade do ingresso dos jovens no mercado de trabalho, é de relativo consenso que os jovens nesta faixa etária (15 a 19 anos) devem dedicar-se aos estudos, preferencialmente, de forma exclusiva. Não obstante, muitos deles já estão voltados para

o mercado de trabalho, seja para contribuir com o sustento da família, seja por motivações pessoais. Neste contexto, surge uma grande discussão sobre a necessidade de melhorar as condições de inserção dos jovens no mercado de trabalho e combater o desemprego nesta faixa etária. Entretanto, as desigualdades sociais e as diferenças na condição juvenil definem cenários distintos na vida dos adolescentes brasileiros. A compreensão desta diversidade é uma das finalidades deste estudo. Portanto, entender de que maneira os filhos adolescentes se inserem no contexto escola-trabalho e também de que forma estes jovens e suas famílias vêm-se adaptando às mudanças no cenário econômico e no mercado de trabalho é nosso objetivo principal.

Desta maneira, este trabalho busca contribuir para a atribuição de prioridades no que concerne a esta população de maneira especial, destacando o papel das políticas públicas, sobretudo no que concerne à melhoria nas suas condições de vida e perspectivas de futuro.

SOBRE O CONCEITO DE JUVENTUDE

A noção de juventude faz referência à fase da vida em que o indivíduo transita entre a infância e a idade adulta. A magnitude dessa fase varia conforme a sociedade e o tipo de cultura, mas também de acordo com a classe social, o gênero e a etnia, por exemplo. Tendo em vista esta diversidade de situações, a forma mais simples de definir este grupo populacional parece ser o critério etário¹. Aliás, a ambiguidade do termo juventude e as diferentes abordagens do tema são aspectos ressaltados na literatura (ABRAMO, 2005; CASTRO, 2002; SPÓSITO, 2003; BORGES, 2007).

Nos diversos estudos sobre juventude, deparamo-nos, contudo, com variações no que se refere à caracterização etária deste grupo. Ademais, os

termos "adolescentes", "jovens" e "juventude" são utilizados sem grande distinção não apenas pelos estudiosos do tema como também por governos ou organismos internacionais.

Esta caracterização mediante o critério da idade é observada também na definição dada por organismos internacionais como a UNESCO e as Nações Unidas, segundo a qual a adolescência refere-se ao período compreendido entre os 15 e os 24 anos de idade. De maneira diferente, a Organização Pan-americana de Saúde e diversos autores subdividem esta categoria em duas faixas, sendo adolescentes entre 15 e 19 anos e jovens entre 20 e 24 anos. Variações na delimitação das faixas etárias são observadas também nos diversos estudos sobre juventude. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que todas as pessoas entre 12 e 18 anos são adolescentes. Não obstante, o total da população jovem no Brasil é, segundo definição da Secretaria Nacional da Juventude, composto pelos indivíduos entre 15 e 29 anos (VIEIRA, 2007, p. 8).

Neste trabalho, considera-se adolescentes todas as pessoas entre 15 e 19 anos, e as expressões "jovens", "adolescentes" e "juventude" serão utilizadas ao longo do texto para denominar este grupo etário. Esta escolha é referendada por diversos estudos importantes, em especial pelos conceituados trabalhos de Felícia Madeira e Alícia Bercovich (MADEIRA, 1986, 1998; BERCOVICH; MADEIRA; TORRES, 1998).

Cabe ressaltar que a juventude pode ser definida também, em termos sociológicos, como um período de transição entre a infância e a idade adulta, sendo, portanto, caracterizado pelas seguintes etapas: a) saída da escola; b) entrada no mercado de trabalho; c) constituição da família e de um novo domicílio, além da chegada dos filhos². Deste modo, seria a saída de uma condição de dependência para outra de autonomia. Esta trajetória linear entre os eventos que

¹ É um critério pragmático, uma vez que permite uma análise objetiva no que concerne ao padrão estabelecido nas estatísticas oficiais.

² Sobre a construção do conceito de juventude nas Ciências Sociais, ver Pais (1990).

compõem esta passagem da juventude para a vida adulta tem-se modificado, de modo que são múltiplas as trajetórias possíveis, tendo em vista principalmente a heterogeneidade deste segmento populacional, de acordo com sua condição socioeconômica (e de sua família), gênero, raça, posição na família etc.³. Assim, entre os mais pobres, pode-se ter uma antecipação de responsabilidades pelo sustento do lar, exigindo sua entrada precoce no mercado de trabalho, bem como, entre os de renda mais elevada, podem-se constatar situações em que atingem a idade adulta sem assumir os papéis a ela inerentes, mantendo a dependência dos pais. Com efeito, é complicado falar em "juventude brasileira", uma vez que se trata de uma categoria tão heterogênea quanto a população em geral, cujas diferenças de ordem socioeconômica, assim como familiares e demográficas, revelam circunstâncias bastante particulares.

Seguramente, a posição que o jovem ocupa na família é determinante na sua condição de economicamente ativo ou inativo, bem como está associada a um conjunto de características e expectativas distintas em relação ao seu futuro. A opção utilizada nesse trabalho foi focar a análise nos filhos adolescentes com idade entre 15 e 19 anos. Portanto, jovens que ainda não completaram a transição para a vida adulta, que é normalmente considerada a partir da vida produtiva e a constituição de um novo domicílio. No Brasil, os adolescentes na condição de filhos representam, em média, 80% dos jovens na faixa etária entre 15 e 19 anos, ou mais de 13,5 milhões de indivíduos em 2006, segundo dados da PNAD. Dessa forma, tanto pela sua expressividade em relação ao total do grupo, quanto pelas suas características do ponto de vista da fase de vida, este será o grupo populacional utilizado como base nesse trabalho. Além desta delimitação etária do grupo, o trabalho pretende segmentá-lo conforme o sexo do jovem, renda familiar per capita, tipo de família em que está situado e também segundo as grandes regiões do país.

A PARTICIPAÇÃO NA PEA E A FREQUÊNCIA ESCOLAR

A relação entre os adolescentes e o mercado de trabalho tem-se modificado desde o início dos anos 1990, notadamente, pela redução na participação na PEA e consequente aumento da inatividade para os jovens nesta faixa etária, se se compara 1992 e 2006.

Tabela 1
Taxas de participação na PEA (1) para os jovens entre 15 e 19 anos, segundo sexo
Brasil – anos selecionados

Variáveis	Taxa de participação na PEA (%)		
	1992	2002	2006
Jovens 15-19	59,7	50,1	49,9

Fonte: Microdados PNAD 1992, 2002 e 2006. Elaboração própria.
Nota: (1) Para manter a comparabilidade em 2006 foram excluídos os dados do Norte rural. Foi utilizado o conceito amplo de PEA, ou seja, o exercício da atividade econômica em atividades remuneradas ou não remuneradas, bem como em atividades de produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso.

A simultaneidade da queda na taxa de participação do jovem ao aumento da taxa de desemprego, que resulta em expressiva redução da taxa de ocupação, sinaliza o peso da deterioração do mercado de trabalho para os jovens. É importante ressaltar que as últimas décadas no Brasil foram caracterizadas por mudanças importantes no mercado de trabalho, com incremento da precarização e informalidade, num cenário de relativa estagnação econômica. Contudo, a partir de 2002, observa-se uma importante melhora nos indicadores relativos ao mercado de trabalho, inclusive com crescimento do emprego formal, especialmente pelo contexto mais favorável ao crescimento econômico. Assim, as dificuldades na inserção econômica destes jovens permanecem, a despeito da melhora geral das condições do mercado de trabalho. Ademais, no curto prazo, as mudanças são menos intensas neste cenário, visto que a queda na participação entre 2002 e 2006 é bem menos relevante. Este fato indica que, apesar da continuidade desta queda comprovada até 2008⁴, a inserção econômica deve

permanecer ainda muito significativa, o que sugere que as análises realizadas neste trabalho para o ano de 2006 permanecem válidas.

No Brasil, apesar do declínio na taxa de participação dos jovens entre 15 e 19 anos na população economicamente ativa (PEA), ela ainda é expressiva, uma vez que, em média, a metade dos jovens nesta faixa etária está na PEA, de acordo com os dados da PNAD de 2006. A taxa de participação na PEA dos jovens entre 15 e 19 anos no Brasil supera a de países com nível similar de desenvolvimento na América Latina⁵. Em 2005⁶, a taxa de atividade no Brasil era de 52% — no Chile, 12%; Argentina, 25%; Uruguai, 33%; e México, 36% —, entre as mais expressivas da região, assemelhando-se aos patamares observados em países como Peru (51%) e Paraguai (50%). É importante destacar, entretanto, que a participação não significa emprego, mas a disposição em tê-lo, visto que as taxas de desemprego entre os jovens nesta faixa etária são bastante expressivas. Cabe ressaltar também que os padrões de inserção produtiva dependem de uma série de fatores relativos à família ou ao próprio indivíduo (cultura, valores, nível socioeconômico etc.), além da legislação laboral e das condições de estruturação do mercado de trabalho de cada país⁷. A despeito dessas especificidades, o Brasil se diferencia na região em virtude do grande número de jovens voltados para o mercado de trabalho nesta faixa de idade, o que expressa a pouca estruturação desse mercado no país.

Deve-se destacar, no entanto, que estas estatísticas consideram os jovens entre 15 e 19 anos de forma indistinta, englobando aqueles que já constituíram família, os quais se diferenciam bastante daqueles que ainda se encontram na dependência de seus pais. Certamente, a posição que o jovem ocupa na

família é determinante na sua condição de ativo ou inativo e também das oportunidades educacionais. Considerando que o ideal é que estes jovens permaneçam na escola, cabe verificar em que medida isto é uma realidade para estes indivíduos de ambos os sexos e nas diferentes regiões brasileiras.

A situação para o total dos jovens nesta faixa etária está distante do desejável, pois em torno de 25% não frequenta a escola. Entre os homens, o cenário é ainda pior, visto que esse índice chega a quase 30%, enquanto entre as mulheres essa proporção é de 20%. São muito pequenas as diferenças regionais no que diz respeito à frequência escolar dos homens adolescentes. Já entre as mulheres, notam-se diferenças regionais mais importantes e, ao contrário do que se poderia esperar, a frequência escolar das adolescentes mulheres é menor exatamente nas regiões mais desenvolvidas (Sudeste e Sul).

Tabela 2
Percentual de adolescentes (1) que estudam, segundo sexo e regiões – 2006

Região e sexo	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Homem	70,2	71,4	70,2	69,5	72,0	70,6
Mulher	83,2	81,6	76,9	78,3	81,9	79,2
Total	75,6	75,8	73,4	73,6	76,4	74,5

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.
Nota: (1) Apenas para jovens na condição de filhos.

A situação mais distante do ideal é a do jovem que não estuda nem participa da PEA. Para o total de adolescentes, a frequência desta situação é de 7%, havendo pouca diferença por sexo, bem como entre as diferentes regiões. Como se observa, o fenômeno não é desprezível e atinge um número considerável de adolescentes (900 mil em 13,5 milhões no conjunto do país). Em geral, estes jovens são considerados um problema social e, em alguns casos, policial. Esta situação encerra um conjunto de vulnerabilidades, uma vez que a baixa escolaridade e o analfabetismo fazem parte da vida dos jovens envolvidos com a violência, seja como vítima ou agressor.

Uma situação mais comum é a dos adolescentes que não estudam, mas participam da PEA. Entre os jovens do sexo masculino, esse índice fica entre 22%

³ Para a discussão acerca da diversidade das transições, ver: Abramo (2005); Camarano (2006); Vieira (2007).

⁴ De acordo com estudo de Baltar e outros (2010, p. 10-11), a queda na participação dos jovens na PEA persiste até 2008 (dados da PNAD).

⁵ A comparação entre os patamares de inserção produtiva dos jovens na região tem por objetivo apenas ilustrar a condição dos adolescentes no mercado de trabalho, sem, contudo, esboçar explicações sobre esta diferenciação, o que deslocaria completamente o foco de nosso trabalho.

⁶ Dados OIT (2007).

⁷ Além disso, a cobertura das estatísticas nacionais é diferente, uma vez que em alguns casos referem-se apenas à área urbana. Dados OIT (2007).

e 25%, enquanto para as mulheres, entre 8% e 16%. São mais de 2,5 milhões de jovens que se dedicam exclusivamente à atividade econômica, seja por opção ou imposição econômica.

Tabela 3
Percentual de adolescentes (1) que participam da PEA e não estudam, segundo sexo e regiões – 2006

Região e Sexo	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Homem	22,6	21,6	24,6	24,6	22,5	23,4
Mulher	8,6	9,7	16,1	15,1	11,1	13,3
Total	16,8	16,4	20,5	20,3	17,5	18,8

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.
Nota: (1) Apenas para os filhos adolescentes.

A parcela de jovens de ambos os sexos nesta situação é maior no Sul e Sudeste, enquanto que a parcela daqueles fora da PEA e também da escola é um pouco maior nas regiões Norte e Nordeste. Assim, o maior número de adolescentes mulheres fora da escola nas regiões mais desenvolvidas está relacionado com sua maior participação na atividade econômica.

Um fato ainda mais preocupante é que uma parcela não desprezível (13,9%) destes jovens que estão fora da escola sequer sabe ler e escrever. A proporção de adolescentes nesta condição é maior entre aqueles fora da PEA e que pertencem a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, em especial do sexo masculino e moradores do Nordeste e Norte do país. Isso denota que este é um problema muito relacionado ao nível socioeconômico da família e que tende a perpetuar as condições de pobreza e exclusão através das gerações.

Conciliar trabalho e estudo é uma realidade muito comum entre os adolescentes brasileiros. Porém, entre homens e mulheres, as taxas de participação são maiores para os adolescentes que já não estudam.

As diferenças regionais também são expressivas. As participações, tanto entre os que estudam como entre os que já não estão na escola, são mais elevadas nas regiões mais desenvolvidas (Sudeste, Sul e Centro-Oeste, comparativamente ao Norte e Nordeste). A única exceção é a taxa de participação relativamente alta no Nordeste para os adolescentes homens que ainda frequentam a escola.

Tabela 4
Taxa de participação na PEA dos adolescentes (1), segundo região, sexo e frequência escolar – 2006

Região e sexo	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Homem						
Estuda	43,2	49,1	43,3	55,4	48,2	47,1
Não estuda	76,0	75,5	82,6	80,8	80,4	79,5
Mulher						
Estuda	26,7	33,1	36,7	41,7	35,8	35,5
Não estuda	51,5	52,7	69,6	69,7	61,3	63,8

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.
Nota: (1) Apenas para os filhos adolescentes.

Partindo do pressuposto de que a situação ideal para os adolescentes seja frequentar a escola e estar fora da PEA, nota-se que as mulheres apresentam uma condição mais favorável que os homens. A maior parte das mulheres adolescentes apenas estuda, em especial no Norte e Nordeste, enquanto que a parcela de homens nesta situação é bem menor comparativamente às mulheres em todas as regiões do país. São em média mais da metade das mulheres e menos de 40% dos homens nesta faixa etária que estão fora da PEA e estudam.

Este fato demonstra que os adolescentes apresentam perfis diversos em termos de estudo e participação na PEA de acordo com a região do país e, sobretudo, o sexo. A maior permanência das jovens do sexo feminino na escola pode ser um reflexo da sua menor presença na PEA ou ainda de questões culturais ou familiares que imponham em primeiro lugar o trabalho para os filhos do sexo masculino.

É possível observar que, para o total dos adolescentes, a maior parcela está na escola e fora da PEA: em média, 44%. Em termos regionais, o Sul é a região com menor proporção de jovens fora da PEA que estão na escola (38%), e, ao contrário, na Região Norte, quase a metade dos adolescentes (49%) está nesta situação. Igualmente, são nas regiões mais desenvolvidas do país (Sudeste e Sul) que se observam percentuais acima da média nacional de jovens nesta faixa etária que somente estão na PEA, ocupados ou procurando emprego.

Tabela 5
Percentual de adolescentes (1) que estudam e não estão na PEA, segundo sexo e regiões – 2006

Região e sexo	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Homem	39,9	36,3	39,8	31,0	37,3	37,3
Mulher	61,0	54,7	48,7	45,7	52,6	51,1
Total	48,7	44,3	44,1	37,8	44,0	43,6

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.
Nota: (1) Apenas para os filhos adolescentes.

Em resumo, constatou-se que ainda é elevada, principalmente entre os homens, a proporção dos que estão fora da escola, e não é desprezível (nem para os homens nem para as mulheres e em todas as regiões do país) a fração dos adolescentes que já não estudam e nem sequer participam da atividade econômica. É mais expressiva, entretanto, principalmente entre os homens, a fração de adolescentes que não estudam, mas estão trabalhando ou procurando emprego. Entre os adolescentes, a taxa de participação dos homens é maior do que a das mulheres e, para ambos os sexos, essa taxa é mais elevada entre os que já não estudam do que entre os que continuam estudando. Ou seja, a probabilidade de o adolescente trabalhar ou procurar emprego é influenciada pelo fato de estar estudando ou não. Porém, também é importante a existência de oportunidades para o adolescente trabalhar, posto que as taxas de participação são maiores nas regiões mais desenvolvidas do país. Isto se verifica para ambos os sexos entre os que já não estudam e entre os que ainda continuam na escola.

Pode-se perguntar até que ponto a renda familiar influencia a condição de vida e as oportunidades dos adolescentes brasileiros. Ou também se a estrutura familiar tem maior peso na hora de decidir se o jovem irá estudar, trabalhar ou combinar as duas atividades.

Sem dúvida, são evidentes as diferenças entre a situação dos jovens em famílias com renda acima de dois salários mínimos em comparação com os das duas faixas de menor renda. A parcela de jovens que apenas estudam é de 60% para as famílias de renda mais elevada e cerca de 40% para as famílias das duas faixas de menor renda familiar per capita (Tabela 6). Além disso, o percentual

de jovens que conjugam trabalho e escola, bem como daqueles que apenas estão voltados para o mercado de trabalho e não mais frequentam a escola, é bem menor na faixa de renda familiar acima de dois salários mínimos.

Os jovens que sequer estudam ou trabalham também têm o menor percentual nesta faixa de renda. Portanto, a condição socioeconômica da família modifica o leque de oportunidades dos adolescentes, permitindo que se dediquem apenas aos estudos ou que pelo menos permaneçam na escola, mesmo que já estejam no mercado de trabalho.

De outro lado, nas famílias mais pobres, é bem superior o percentual de jovens que abandonaram os estudos e apenas trabalham, assim como dos que precisam conciliar escola e trabalho. A dedicação exclusiva aos estudos não é predominante entre os jovens mais pobres, perfazendo pouco mais de dois em cada cinco adolescentes (Tabela 6).

Tabela 6
Inserção na PEA e frequência escolar para os adolescentes (1), segundo sexo e renda familiar Brasil – 2006

Renda familiar per capita	Estuda e é PEA	Só estuda	Não estuda e é PEA	Não estuda e não é PEA	Total
Homem					
Até 1/2 salário mínimo	34,0	34,8	23,2	8,0	100,0
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos	34,0	34,7	26,1	5,2	100,0
Mais de 2 salários mínimos	27,9	55,8	12,9	3,4	100,0
Mulher					
Até 1/2 salário mínimo	27,2	51,7	11,1	10,0	100,0
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos	29,8	46,9	16,5	6,8	100,0
Mais de 2 salários mínimos	24,4	64,4	7,4	3,8	100,0
Total					
Até 1/2 salário mínimo	31,0	42,3	17,8	8,9	100,0
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos	32,1	40,2	21,8	5,9	100,0
Mais de 2 salários mínimos	26,2	60,1	10,1	3,6	100,0

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.
Nota: (1) Apenas filhos adolescentes.

Esta mesma influência da renda familiar é observada para ambos os sexos. Contudo, a proporção de mulheres nesta faixa etária que somente frequentam a escola é maior do que entre os homens, independentemente da renda familiar per capita. Entre elas, verificam-se também menores percentuais de jovens que conciliam escola e atividade econômica.

Cabe destacar que os homens nesta faixa etária têm uma inserção econômica mais expressiva, particularmente entre aqueles que não vão à escola, comparativamente às mulheres nas mesmas faixas de renda.

Já as diferenças entre os sexos para os adolescentes que estão na PEA e estudam são menos significativas entre as faixas de renda. Em média, um terço dos homens e pouco mais de um quarto das mulheres conciliam trabalho e estudo. Além disso, conforme já observado, a proporção de mulheres que não estão na PEA e não estudam é ligeiramente maior do que de homens em todas as faixas de renda familiar per capita, ao contrário dos homens que, quando não estudam, estão mais voltados para a atividade econômica.

A consideração da renda familiar permite mostrar que o elevado índice de adolescentes homens que já não estudam ocorre somente nas duas faixas inferiores de renda familiar (Tabela 6). No caso das famílias com mais de dois salários mínimos de renda per capita, a proporção de adolescentes homens que ainda estudam é tão elevada quanto a do total de mulheres, chegando a superar a das mulheres nas duas faixas de menor renda per capita.

Tabela 7
Percentual de adolescentes (1) que estudam e taxas de participação na PEA, segundo sexo, situação escolar e renda familiar – Brasil – 2006

Renda familiar per capita	Homem			Mulher			Total		
	%	Participação		%	Participação		%	Participação	
		estuda	Estuda		Não estuda	estuda		Estuda	Não estuda
Até 1/2 salário mínimo	68,9	49,4	74,4	78,9	34,5	52,5	73,3	42,3	66,7
Mais de 1/2 até 2 salários mínimos	68,7	49,5	83,3	76,7	38,9	70,9	72,3	44,4	78,6
Mais de 2 salários mínimos	83,7	33,3	79,2	88,9	27,5	66,1	86,3	30,3	73,9

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.
Nota: (1) Apenas filhos adolescentes.

Quanto à participação na PEA dos adolescentes de ambos os sexos, as maiores taxas se verificam para os de famílias com renda per capita entre meio até dois salários mínimos, tanto para os que estudam quanto para os que já não estudam (Tabela 7).

Para ambos os sexos, as taxas de participação dos adolescentes de famílias com renda per capita maior que dois salários mínimos são menores que as dos adolescentes de famílias com até meio salário mínimo somente entre os adolescentes que estudam. Ao contrário, as taxas de participação entre os que não vão à escola e pertencem a famílias com renda per capita maior que dois salários mínimos superam as dos adolescentes que têm família com renda per capita menor que meio salário mínimo. Este último resultado sugere que os adolescentes que já não estudam, de famílias muito pobres, têm dificuldades específicas para participar da atividade econômica, seja devido ao tipo de família ao qual pertencem, seja pelas suas características pessoais que dificultam essa participação.

Assim, pode-se concluir que a renda familiar influi na condição de vida e oportunidades dos adolescentes brasileiros. Existe uma grande diferença na proporção de adolescentes (homens ou mulheres) que frequentam a escola entre as poucas famílias com adolescentes que têm renda per capita acima de dois salários mínimos (14%) e as demais com renda inferior a este nível, não se distinguindo, maiormente a esse respeito, as com renda muito baixa (menos de meio salário mínimo) e a maioria das famílias com adolescentes que têm renda per capita entre meio e dois salários mínimos (52%). A especificidade das famílias

com adolescentes de renda per capita mais baixa reside na menor participação na atividade econômica dos adolescentes, principalmente daqueles que já não frequentam a escola. Nessas famílias de menor renda per capita, os adolescentes que já não vão à escola têm dificuldades para se inserir na atividade econômica e, assim, contribuir para a renda familiar.

Ao se incorporarem as diferenças de tipo de família na análise, deve ser lembrado que estas variam conforme a renda familiar per capita, destacando-se o declínio de famílias de casal ou mãe com filhos menores de 14 anos e o aumento das formadas por casal ou mãe sem filhos menores de 14 anos, à medida que se consideram famílias adolescentes de maior renda per capita. Analisando-se separadamente homens e mulheres e se controlando o tipo de família, reafirma-se o já observado para o total das famílias com filhos adolescentes: as poucas com renda per capita superior a dois salários mínimos têm maior proporção de adolescentes que ainda vão à escola e não se nota que as famílias na faixa entre meio até dois salários mínimos per capita tenham maior fração de adolescentes na escola do que as famílias do estrato inferior de renda per capita. O aumento da frequência escolar entre os mais pobres e a menor diferença entre as duas primeiras faixas de renda familiar consideradas podem ser efeitos de programas como o Bolsa Família.

Não obstante, separando-se os adolescentes segundo a participação na atividade econômica, existe uma nítida relação entre o nível de renda e a proporção dos adolescentes que ainda frequentam a escola apenas para os que não participam da atividade econômica. Já para os adolescentes que participam da atividade econômica, essa relação entre nível de renda e presença na escola não é tão nítida, pois os das famílias com renda acima de meio até dois salários mínimos não têm frequência à escola maior do que os das famílias de até meio salário mínimo de renda per capita.

Deve-se destacar o fato de que, para todas as faixas de renda per capita, a proporção de adolescentes na escola é maior quando a família tem filhos

menores de 14 anos. Esta constatação contradiz, ao menos em parte, a noção geral de que um número elevado de pessoas em uma família e seu baixo nível socioeconômico poderiam ser fatores impulsores para o trabalho dos jovens e também para o abandono da escola. Ao mesmo tempo, a presença de filhos menores de 14 anos também indica tratar-se de famílias mais jovens, cujos pais provavelmente possuem maior escolaridade do que as famílias mais antigas que só têm filhos maiores de 14 anos, traduzindo a evolução do sistema educacional no Brasil ao longo do tempo.

Tabela 8
Proporção de jovens (1) que estudam, segundo tipo de família, sexo e faixa de renda familiar per capita – Brasil – 2006

Indicadores e faixas de renda familiar per capita	Famílias com filhos adolescentes					
	Com filhos menores de 14 anos			Sem filhos maiores de 14 anos		
	Casal	Mãe	Pai	Casal	Mãe	Pai
Homens						
Até 1/2 salário mínimo per capita						
PEA	61,0	54,5	39,5	61,9	52,1	64,3
Não PEA	82,7	79,8	87,5	82,1	76,4	78,1
Total	70,0	65,7	60,8	70,4	63,7	60,8
Mais de 1/2 até dois salários mínimos per capita						
PEA	60,6	51,3	63,6	56,0	53,4	47,6
Não PEA	90,8	89,8	86,5	86,0	80,5	79,8
Total	73,3	65,2	74,6	67,6	64,2	60,3
Mais de dois salários mínimos per capita						
PEA	72,7	63,3	80,0	68,8	63,5	58,2
Não PEA	96,3	97,7	100,0	93,2	94,1	92,9
Total	87,8	89,1	86,0	82,9	82,2	71,5
Mulheres						
Até 1/2 salário mínimo per capita						
PEA	73,6	74,6	36,0	66,6	68,8	40,9
Não PEA	87,0	82,8	80,6	82,1	77,4	62,0
Total	81,8	79,5	55,4	76,3	74,0	55,4
Mais de 1/2 até dois salários mínimos per capita						
PEA	69,4	60,8	79,7	63,6	59,0	55,8
Não PEA	91,7	89,3	89,5	86,9	83,1	57,3
Total	81,6	74,2	87,5	76,2	71,3	56,7
Mais de dois salários mínimos per capita						
PEA	79,6	72,9	26,4	78,4	73,1	60,4
Não PEA	96,8	100,0	87,4	94,0	90,7	90,5
Total	93,1	91,8	62,2	88,9	82,7	80,7

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.
Nota: (1) Apenas filhos adolescentes.

Em todos os tipos de família, as com renda per capita acima de dois salários mínimos têm maior parcela de adolescentes na escola. A influência da renda como fator determinante das decisões de trabalhar e estudar aparece na relação evidente entre frequência do adolescente à escola e nível de renda familiar que se observa apenas para os adolescentes que ainda não participam da atividade econômica. Já em todas as faixas de renda e tipo de família (casal, somente a mãe ou somente o pai), as com filhos menores de 14 anos têm maior fração de adolescentes na escola. Finalmente, havendo ou não filhos menores de 14 anos, a proporção de adolescentes na escola diminui quando se passa dos tipos de família constituídos pelo casal para as que têm somente a mãe ou o pai como pessoa de referência. Principalmente no caso das adolescentes mulheres, a frequência à escola é menor nos arranjos de pai com filhos que nos demais tipos de família, inclusive se comparado aos arranjos de mãe com filhos. Aliás, comparativamente, os jovens estudam mais nas famílias com chefia da mãe do que apenas do pai em todas as faixas de renda familiar. A ausência da mãe no domicílio talvez seja um fator que contribua desfavoravelmente para a educação dos filhos.

É importante ressaltar que, para os jovens que não completam pelo menos a educação básica e não tentam obter a educação secundária, reduzem-se as chances de obter um emprego digno. Assim, deverão constituir as famílias pobres de amanhã, num ciclo de reprodução da desigualdade e da pobreza⁸. Portanto, as dificuldades econômicas, bem como aspectos relativos à estrutura familiar, condicionam o destino destes adolescentes.

Contudo, o conjunto de famílias com adolescentes com renda per capita de até meio salário mínimo é muito heterogêneo, conformando um terço de todas as famílias com filhos adolescentes. E, como já mencionado, principalmente para adolescentes que

não participam da PEA, a proporção de adolescentes que estão na escola não é menor para as famílias com este nível de renda do que a verificada entre os adolescentes das famílias com renda per capita entre meio e dois salários mínimos. Uma grande diferença pode ser observada quando se compara a proporção de adolescentes que ainda vão à escola entre os que já participam da atividade econômica entre a minoria das famílias com adolescentes com renda per capita de mais de dois salários mínimos e todas as demais com renda per capita inferior a dois salários mínimos.

A participação de adolescentes na atividade econômica não é o ideal, principalmente quando ocorre sem a frequência à escola, indicando que o adolescente provavelmente não concluiu o ensino básico e não tem qualquer chance de vir a terminar o ensino secundário. Mas, mesmo quando ocorre simultaneamente com a presença na escola, pode dificultar sobremaneira a conclusão do ensino secundário. Porém, esta é uma situação ainda bastante comum no que diz respeito a adolescentes homens, salvo na pequena fração das famílias com renda per capita maior que dois salários mínimos. Os maiores percentuais estão notadamente nas famílias menos tradicionais, compostas por apenas o pai ou a mãe com filhos, embora essa ocorrência não seja desprezível também nas famílias ditas tradicionais, compostas por um casal com filhos. Assim, em alguns arranjos, há um maior partilhamento no encargo de manter a família, o que conduz à mobilização dos diversos componentes do núcleo familiar em direção ao mercado de trabalho, em especial, em períodos de dificuldades econômicas.

A diferença de presença na escola dos adolescentes é muito grande entre os que ainda não participam da atividade econômica e os que já participam. As adolescentes mulheres que já participam da atividade econômica têm maior percentual na escola do que os homens na mesma condição (Tabela 8). Percebe-se novamente alguma discrepância em relação aos arranjos de pai com filhos. Contudo, deve-se ressaltar que estes arranjos possuem um peso muito reduzido em relação ao total

⁸ Segundo Leite (2002, p. 184), na definição da OIT, o trabalho digno "[...] é aquele que ocorre em um marco de respeito aos direitos humanos fundamentais, de proteção social, de justa remuneração e de crescimento profissional do trabalhador, convergindo para um projeto mais amplo de desenvolvimento sustentado."

de filhos adolescentes. Não há tanta diferença por sexo na frequência à escola dos adolescentes que ainda não participam da atividade econômica. O não comparecimento à escola entre os adolescentes homens que participam da PEA passa de 40% nas famílias com menos de dois salários mínimos de renda per capita.

Estudos mais amplos sobre a família e a participação na atividade econômica, que não se restringem apenas aos adolescentes, mostram que a estrutura familiar condiciona a mobilização dos membros para o mercado de trabalho, sobretudo no caso dos filhos, que teriam maior inserção produtiva nas famílias chefiadas apenas pela mãe. Contudo, destacam que no período recente e com as dificuldades na inserção laboral dos jovens observa-se uma crescente redução do emprego dos filhos em todos os tipos de família, bem como uma redução da contribuição dos filhos para a renda familiar, particularmente a partir da década de 1990. Apesar desta queda, a participação dos filhos no orçamento familiar é maior em famílias com chefia feminina sem cônjuge e para os jovens com idade acima dos 18 anos (MONTALI, 1998, 2006; BORGES, 2006b).

Neste estudo específico dos adolescentes, é possível verificar que a proporção de jovens na escola é sempre maior entre os que ainda não estão voltados para o mercado de trabalho. Independentemente do arranjo familiar e da renda familiar do adolescente, observa-se, para ambos os sexos, que é mais comum permanecer na escola quando não estão na PEA. Desta maneira, é importante buscar alternativas que permitam aos jovens, principalmente os homens, continuar na escola, mesmo que estejam trabalhando. Contudo, esta meta não pode ser atingida sem uma política de melhoria do ensino, que torne o sistema mais eficiente e atrativo aos jovens. Desta forma, a escola terá condições de reter os jovens e propiciar uma formação adequada, inclusive no âmbito profissional

Conclui-se, portanto, que as oportunidades educacionais destes jovens parecem estar muito relacionadas com a renda familiar e a menor presença na atividade econômica, porém também com o tipo de

família, em especial quando da presença de irmãos menores de 14 anos no domicílio. Contudo, cabe destacar ainda a menor parcela de estudantes em arranjos constituídos de pai com filhos, o que indica, novamente, um papel negativo da ausência da mãe no domicílio. Aliás, diversos trabalhos sugerem que a escolaridade materna também aumenta de forma significativa a probabilidade dos jovens se dedicarem somente aos estudos (COURSEIUL; FOGUEL; SANTOS, 2001; LEME; WAJNMAN, 2000).

Além disso, a renda familiar influencia de maneira importante a média de anos de estudo observada nesta faixa etária. Apesar da constatação de uma significativa defasagem escolar, notadamente nas famílias mais pobres e para o sexo masculino com maior intensidade, percebe-se que a renda da família contribui positivamente para o aumento dos anos de estudo para ambos os sexos. Com efeito, nota-se claramente que os homens em famílias com renda de até meio salário mínimo per capita têm proporcionalmente menor escolaridade que as mulheres. As diferenças entre os sexos tornam-se muito menos expressivas nas famílias de maior renda, o que denota que as oportunidades educacionais dos jovens do sexo masculino são muito condicionadas pela situação econômica da família, uma vez que eles estão muito mais presentes na PEA do que as adolescentes nas mesmas condições.

Antes de prosseguir, vale a pena comentar que o observado para a totalidade das famílias se verifica basicamente nos principais tipos de família, ou seja, as diferenças no que diz respeito à participação na atividade econômica também se mostram mais significativas entre os jovens das poucas famílias com renda per capita maior que dois salários mínimos e os adolescentes das demais famílias. As taxas de participação mais elevadas verificam-se entre os adolescentes em famílias com renda per capita entre meio e dois salários mínimos, seja entre os que continuam estudando, seja entre os que não estão mais na escola.

Comparando a participação dos adolescentes de famílias com renda per capita maior que dois salários mínimos com as famílias com até meio salário mínimo,

verificou-se que ela é menor para os adolescentes das famílias de renda mais elevada somente para os que continuam estudando. De outro lado, esta participação é menor para os adolescentes de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo no caso dos adolescentes que já não vão mais à escola. Isto se verifica tanto para homens como para mulheres e levou à conclusão de que os adolescentes de famílias com renda per capita mais baixa e que já não frequentam a escola pertencem a tipos de família ou têm características pessoais particularmente desfavoráveis para a participação na atividade econômica.

Tabela 9
Taxas de participação dos adolescentes (1), segundo tipo de família, sexo e faixa de renda familiar per capita – Brasil – 2006

Indicadores e faixas de renda familiar per capita	Famílias com filhos adolescentes					
	Com filhos menores de 14 anos			Só com filhos maiores de 14 anos		
	Casal	Mãe	Pai	Casal	Mãe	Pai
Homens						
Até 1/2 salário mínimo per capita						
Não estuda	76,0	74,1	85,9	74,6	68,9	57,0
Estuda	51,0	46,3	36,1	51,0	42,7	40,0
Total	58,5	55,8	55,6	58,0	52,2	44,8
Mais de 1/2 até dois salários mínimos per capita						
Não estuda	85,4	89,4	74,7	83,3	78,4	79,9
Estuda	47,7	50,2	44,6	50,8	50,1	47,8
Total	57,8	63,9	52,2	61,4	60,2	60,6
Mais de dois salários mínimos per capita						
Não estuda	80,9	84,3	100,0	77,1	79,8	90,5
Estuda	30,0	17,8	64,9	35,2	30,0	50,2
Total	36,2	25,0	69,8	42,4	38,9	61,7
Mulheres						
Até 1/2 salário mínimo per capita						
Não estuda	55,7	49,4	51,0	53,1	46,8	41,1
Estuda	34,5	37,3	12,4	33,0	36,2	22,9
Total	38,3	39,7	24,0	37,7	38,9	31,0
Mais de 1/2 até dois salários mínimos per capita						
Não estuda	75,3	80,5	32,6	70,3	69,9	41,4
Estuda	38,5	43,5	18,3	38,3	40,5	40,0
Total	45,3	53,0	20,1	45,9	49,0	40,6
Mais de dois salários mínimos per capita						
Não estuda	64,1	100,0	80,5	63,9	70,3	67
Estuda	18,7	23,9	17,5	28,9	39,8	24,5
Total	21,8	30,1	41,3	32,8	45,1	32,7

Fonte: Microdados da PNAD 2006. Elaboração própria.
Nota: (1) Apenas filhos adolescentes.

É importante ressaltar que o perfil das famílias dos adolescentes com renda per capita muito baixa (até meio salário mínimo) é bastante diferente do perfil das famílias dos adolescentes com renda per capita maior que dois salários mínimos. Entre as famílias com adolescentes de renda per capita muito baixa, destacam-se casais e mães com filhos menores de 14 anos, enquanto entre as famílias com adolescentes com renda per capita maior que dois salários mínimos a presença destes dois tipos de família é muito menor, destacando-se, ao contrário, a alta participação dos casais sem filhos menores de 14 anos. A Tabela 8 mostra, entretanto, que, para os tipos de família com maior representatividade nas duas faixas de renda per capita destacadas (até meio e mais de dois salários mínimos), verifica-se o constatado para a totalidade das famílias. Este fato indica que a menor participação dos adolescentes que não mais frequentam a escola das famílias de renda per capita mais baixa tem mais a ver com características pessoais desses adolescentes do que com a conformação do tipo de família da qual fazem parte.

Os resultados da análise da frequência escolar e participação na atividade econômica dos adolescentes, com dados da PNAD 2006, expressam a maneira como os adolescentes e suas famílias vêm se adaptando às mudanças que têm ocorrido no sistema educacional, na economia e no mercado de trabalho do país. Convém recordar que o adolescente de 15 a 19 anos, em 2006, tinha 7 anos e começou a estudar entre 1994 e 1999, momento em que o país lograva universalizar o acesso à escola fundamental e tentava impedir que os estudantes repetissem recorrentemente as primeiras séries, tendendo a abandonar a escola antes da adolescência, com poucos anos de estudo concluídos.

Essas ações no sistema educacional foram acompanhadas de aumento do número de jovens que conseguiram terminar o primeiro grau e avançar para o segundo. Em simultâneo, ao longo da década de 1990, a abertura econômica e a instabilidade financeira internacional provocaram mudanças no mercado de trabalho que dificultaram

enormemente a continuidade de um fenômeno que caracterizava o país: a participação muito elevada dos adolescentes do sexo masculino na atividade econômica. A redução da geração de oportunidades de emprego foi acompanhada de maior seletividade, da parte dos patrões, no recrutamento da força de trabalho, notando-se elevação das exigências de escolaridade, o que, conforme o tipo de ocupação e o empregador, significou passar a exigir diplomas de primeiro ou até de segundo grau. Os dados apresentados mostraram a diversidade de situações na adaptação dos adolescentes e suas famílias às mudanças na escola e no mercado de trabalho, em um processo que ainda está em curso. A análise utilizou dados sobre participação na atividade econômica e frequência escolar dos adolescentes, classificados por nível de renda per capita das famílias e tipo de arranjo familiar.

Como indicativo da condição socioeconômica da população, a renda familiar per capita mostrou-se variável muito relevante tanto para a participação na atividade econômica dos adolescentes quanto para a sua presença na escola. Contudo, esta relação entre as variáveis não é perfeita, pois se observa clara distinção apenas entre, de um lado, os adolescentes das poucas famílias com renda per capita maior que dois salários mínimos e, de outro, os de todas as outras famílias. Evidenciou-se, outrossim, que as famílias com renda per capita entre meio até dois salários mínimos (metade das famílias com adolescentes) não apresentam, em média, uma situação melhor do que a das famílias com renda de até meio salário mínimo per capita (um terço das famílias com adolescentes), tanto em termos de participação na atividade econômica quanto em frequência escolar dos adolescentes.

Chama a atenção, porém, que, em todas as faixas de renda per capita, são grandes as diferenças

na frequência escolar entre os adolescentes que fazem ou não parte da PEA e as diferenças de participação na atividade econômica entre os adolescentes que continuam estudando ou já deixaram a escola. As correlações entre, de um lado, participação ou frequência escolar e, de outro, nível de renda familiar, são perfeitas quando se consideram, respectivamente, os adolescentes que já não vão à escola e os que ainda não participam da

PEA. É a combinação da frequência escolar com a participação na atividade econômica que perturba a correlação com a renda.

Muitos adolescentes homens combinam estudo e escola, certamente em muitos casos para contribuir para a renda familiar. Não há diferenças a esse respeito entre a taxa de participação dos que já estudam e da frequência escolar dos que já participam na atividade econômica, entre as famílias com renda per capita de até meio salário mínimo e acima de meio até dois salários mínimos. As diferenças entre essas duas faixas de renda são expressivas quanto à participação dos adolescentes homens que não estudam e quanto à frequência escolar dos que não estão na PEA. Ou seja, os adolescentes homens de famílias com renda per capita de meio a dois salários mínimos e que ainda não estão na PEA têm maior presença escolar que a dos adolescentes homens que não estão na PEA de famílias com renda de até meio salário mínimo. Já os adolescentes homens que não estudam das famílias de renda per capita de meio a dois salários mínimos têm maior participação do que a dos adolescentes homens que não estudam de famílias com renda per capita menor que meio salário mínimo.

Em síntese, os adolescentes das famílias de mais baixo nível de renda têm encontrado mais dificuldades de se adaptar às mudanças que estão acontecendo no sistema educacional e no mercado de trabalho. Este grupo, entretanto, é muito grande

Os adolescentes das famílias de mais baixo nível de renda têm encontrado mais dificuldades de se adaptar às mudanças que estão acontecendo no sistema educacional e no mercado de trabalho

e heterogêneo, sendo importante ampliar a análise para além do estudo da frequência à escola e da participação na atividade econômica, examinando o tipo de ocupação dos adolescentes de famílias com diferentes níveis de renda.

Apesar da constatação de um relativo adiamento da entrada no mercado de trabalho, quando se compara 2006 ao início da década de 1990, a presença dos adolescentes no mercado de trabalho ainda é relevante, em especial, para o sexo masculino, notadamente, para os jovens que não estudam e vivem nas regiões mais desenvolvidas do país. Por outro lado, certamente as características da inserção produtiva destes jovens devem ser também bastante diferenciadas não apenas segundo as faixas de renda familiar como também de acordo com as regiões do país em que vivem.

BREVES COMENTÁRIOS SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Seguramente, as características da inserção no mercado de trabalho variam conforme as condições específicas de cada jovem trabalhador (WELTERS, 2009). Com efeito, verifica-se que a renda familiar ainda tem papel determinante para a entrada precoce no mercado de trabalho por parte dos adolescentes de ambos os sexos. As dificuldades de sobrevivência da família e as próprias características familiares impulsionam o jovem a buscar formas de contribuir para o orçamento doméstico. Parte importante das famílias de adolescentes com renda familiar per capita de até meio salário mínimo situa-se nas regiões menos desenvolvidas do país, bem como apresenta maior número médio de componentes e, principalmente, maior presença de crianças no domicílio. Ademais, a chefia da mãe caracteriza cerca de um quarto do total destas famílias.

Assim, observa-se que mais de 50% dos jovens em famílias com menor renda per capita começaram a trabalhar com até 14 anos de idade. Destes, entre 15% e 20%, aproximadamente, com até 9 anos de

idade. A entrada na PEA com tão pouca idade diminui muito com o avanço da renda familiar, de modo que mais da metade dos jovens ingressa na atividade econômica entre os 15 e os 17 anos de idade na faixa de renda familiar per capita maior que dois salários mínimos. Não obstante, é importante salientar que, em média, mais da metade dos homens e cerca de duas em cada cinco mulheres nesta faixa etária iniciaram sua vida economicamente ativa com até 14 anos de idade. Essa é uma faixa de idade em que o trabalho é proibido por lei e uma fase de vida em que deveriam estar preferencialmente dedicados aos estudos. Sem dúvida, esta inserção na atividade econômica com tão pouca idade pode contribuir para que abandonem a escola ou que tenham um aproveitamento escolar abaixo do desejável, especialmente pelas eventuais dificuldades em conciliar as duas atividades. Segundo Silva e Kassouf (2002), a média de anos de estudo varia inversamente com idade em que o jovem começou a trabalhar. Este fato gera um círculo vicioso, uma vez que o jovem com baixa escolaridade fica limitado a postos de trabalho de baixa remuneração.

Numa análise de gênero, é possível observar que, em famílias de igual condição econômica, as mulheres iniciam sua vida produtiva mais tarde que os homens. Contudo, mantém-se o padrão observado para os homens de ingresso na PEA com menor idade entre os jovens de famílias de menor poder aquisitivo. Da perspectiva regional, as diferenças na idade de ingresso no mercado de trabalho refletem também as diferenças de nível socioeconômico da família dos adolescentes. Assim, o Nordeste concentra as famílias mais pobres e também mais de 7 em cada 10 adolescentes em famílias de baixa renda que começaram a trabalhar com até 9 anos de idade. Deste modo, o trabalho precoce para os jovens de ambos os sexos está relacionado com a renda familiar per capita e é muito mais intenso nas regiões menos desenvolvidas do país, em especial no Nordeste. É importante mencionar que, dentro de cada região do país, permanece a tendência de entrada precoce entre os mais pobres, tanto entre homens quanto entre as mulheres, muito embora o percentual masculino seja sempre superior ao feminino.

Conclui-se, portanto, que o ingresso precoce dos adolescentes no mercado de trabalho é fortemente condicionado pelo nível socioeconômico da família em todas as regiões do país, bem como mais comum entre os homens nesta faixa etária.

Ainda no que se refere à inserção na PEA, as diferenças entre os tipos de ocupação e também a qualidade dos postos de trabalho do ponto de vista da formalidade de vínculos são inegáveis quando se compara a situação dos adolescentes segundo faixas de renda familiar e regiões. Nas regiões menos desenvolvidas e entre os adolescentes mais pobres, o trabalho sem carteira, não remunerado ou para autoconsumo, bem como as atividades ligadas à agricultura e aos serviços domésticos, corresponde quase à totalidade das ocupações.

Ao contrário, para os adolescentes em famílias de maior poder aquisitivo, as características das ocupações são também muito distintas, com aumento de atividades ligadas aos serviços administrativos, como técnicos de nível médio e vendedores e prestadores de serviços do comércio. Sendo assim, mais de 60% das ocupações destes adolescentes estão em segmentos como a indústria de transformação, o comércio e reparação e outras atividades de serviços (nas quais se destacam os serviços de apoio à atividade econômica, inclusive financeiros).

Igualmente, para os adolescentes de famílias com renda maior que dois salários mínimos per capita, são mais comuns os postos de trabalho com carteira assinada (em torno de 40%, enquanto para os mais pobres não atinge 5%). Mesmo assim, constata-se que o Nordeste e o Norte do país apresentam percentuais de empregos com carteira assinada bem abaixo da média nacional, inclusive entre os jovens de famílias de maior poder aquisitivo, o que sugere que, além da renda familiar, as oportunidades destes jovens são influenciadas pelo

contexto regional do qual fazem parte, com evidente desvantagem para aqueles situados nas regiões menos desenvolvidas do país.

Conclui-se, assim, que a renda familiar também define situações bastante distintas do ponto de vista ocupacional, com clara disparidade entre as ocupações dos jovens de famílias mais pobres em comparação com os que se situam em arranjos

O trabalho dos adolescentes mais pobres tem, muitas vezes, a característica de complementar a atividade dos pais, parentes ou conhecidos

familiares de maior poder aquisitivo. Este fato pode ser reflexo das diferenças no próprio perfil educacional destes adolescentes, uma vez que, com maior média de anos de estudo, os jovens de famílias que dispõem de maior renda per capita podem disputar melhores vagas no mercado de trabalho.

Constata-se, ademais, que, apesar da significativa influência da renda familiar no perfil setorial do emprego dos adolescentes, as oportunidades de trabalho variam conforme as regiões, conferindo algumas disparidades de situações, principalmente entre os polos mais e menos desenvolvidos do país.

Outrossim, verifica-se que o trabalho dos adolescentes mais pobres tem, muitas vezes, a característica de complementar a atividade dos pais, parentes ou conhecidos, o que se dá de forma intermitente ou transitória, sem vínculos formais ou rendimentos fixos, particularmente na agricultura familiar ou no comércio. Em geral, as menores jornadas de trabalho estão em atividades sem remuneração, na produção para autoconsumo ou por conta própria, principalmente nas atividades agrícolas no Norte e Nordeste.

Por outro lado, verifica-se que parte expressiva dos adolescentes ocupados trabalha mais de 40 horas na semana. São, por exemplo, mais de 50% das mulheres e cerca de 60% dos ocupados do sexo masculino que pertencem a famílias com renda acima de meio salário mínimo per capita. Assim, de forma geral, estes adolescentes estão engajados numa rotina de trabalho que pode penalizar a sua frequência escolar.

Entre os adolescentes, o emprego sem carteira tem um peso muito significativo, aliás,

independentemente do tamanho da jornada de trabalho, do ramo de atividade e do tipo de ocupação. A precariedade do emprego dos adolescentes reflete-se também nos baixos rendimentos médios dos ocupados nesta faixa etária. O rendimento médio entre os homens é um pouco superior ao das mulheres nesta faixa etária. Contudo, em média, a renda do trabalho entre os adolescentes é de aproximadamente um salário mínimo. Ao mesmo tempo, são as regiões Nordeste e Norte do país que apresentam as piores médias de remuneração para os jovens adolescentes, abaixo de um salário mínimo.

Ademais, as atividades que detêm peso muito significativo na ocupação dos adolescentes, como é o caso dos serviços domésticos e da agricultura, apresentam as piores remunerações médias. Evidentemente, o tipo de ocupação altera este quadro de rendimentos, particularmente para os jovens em ocupações de nível médio, nos serviços administrativos ou como profissionais das ciências e artes. Mesmo assim, as maiores rendas médias do trabalho não ultrapassam um salário mínimo e meio. Sem sombra de dúvida, os empregos com carteira assinada são aqueles que conferem as melhores remunerações médias. Entretanto, conforme enfatizado anteriormente, é o trabalho sem carteira assinada que detém parte considerável das ocupações dos adolescentes.

Com efeito, grande parte dos ocupados nesta faixa etária trabalha mais de 40 horas na semana e recebe um salário que é, em média, bastante baixo, em torno de um salário mínimo. Parcela significativa destes jovens está em postos de trabalho de baixa qualidade, sem proteção legal ou ainda em atividades não remuneradas, sendo que a condição dos adolescentes ocupados é ainda mais frágil e incerta no Norte e, sobretudo, no Nordeste do Brasil. Portanto, pode-se imaginar que apenas um cenário de profunda desigualdade e carência de oportunidades pode elucidar o fato de que tantos jovens ingressam tão cedo no mercado de trabalho, em geral de forma tão precária. Porém,

compreender esta situação passa, sobretudo, por aspectos familiares e culturais, que ainda têm o trabalho do jovem e do filho como parte integrante do modo de "viver em família". Portanto, o trabalho é visto como uma forma de retribuição, como um compromisso moral para com os pais e, ademais, um instrumento de socialização do jovem, o qual tem sido demonstrado relevante, particularmente, para as camadas populares.

Por outro lado, considerando que ainda é grande a defasagem escolar nesta faixa etária, o afastamento destes adolescentes da escola configura uma situação distante do desejável e que terá graves implicações sobre o futuro destes jovens. Com efeito, é necessário que haja um grande esforço por meio de políticas públicas de modo a permitir que todos os adolescentes ao menos concluam o ensino básico e, se possível, o ensino médio. Esta medida seria um investimento com alto retorno social do ponto de vista da possibilidade de ruptura do círculo vicioso da pobreza, sempre que o desempenho da economia garanta geração suficiente de oportunidades de emprego que permitam um desenvolvimento profissional e remuneração apropriada para uma população crescentemente educada. Outrossim, a manutenção dos adolescentes na escola e a consequente redução das pressões sobre o mercado de trabalho de um contingente de população muito jovem subescolarizada contribuem para uma melhor estruturação do mercado de trabalho e para reduzir a taxa de desemprego da população adulta.

CONCLUSÃO

Conclui-se, assim, que as desigualdades sociais e as diferenças na condição juvenil definem cenários distintos na vida dos adolescentes brasileiros. Certamente, é tarefa essencial ao formulador de políticas públicas que tenha como objetivo melhorar as condições de vida e garantir um futuro digno aos adolescentes apreender esta grande diversi-

dade de situações familiares, socioeconômicas, regionais e também ocupacionais destes jovens. Portanto, falar hoje do trabalho dos adolescentes requer considerar todos estes aspectos, o que não possibilita a mera consideração negativa do trabalho, mas exige um exame profundo de suas características. Este trabalho tentou contribuir para a atribuição de prioridades no que concerne a esta população, de maneira especial, indicando o papel das políticas públicas para o futuro desta geração de brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. Martoni. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- BERCOVICH, Alicia; MADEIRA, Felicia Reicher; TORRES, Haroldo G. Descontinuidades demográficas In: SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. *20 anos no ano 2000: estudos sócio-demográficos para a juventude paulista*. São Paulo: Fundação SEADE, 1998.
- BALTAR, Paulo et al. Trabalho no Governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. *Global Labour University Working Papers* n. 9, May 2010. Disponível em: <<http://www.global-labour-university.org>>. Acesso em: 29 jul. 2010.
- BORGES, Angela. Educação e mercado de trabalho: elementos para discutir o desemprego e a precarização dos trabalhadores escolarizados. *Revista Gestão em Ação*, Salvador, v. 9, n.1, p.85-102, jan./abr. 2006a.
- _____. Desemprego e precarização em Regiões Metropolitanas: um olhar a partir das famílias. *Parcerias Estratégicas*, Brasília-DF, Centro de Gestão de Estudos Estratégicos – MCT, n. 22, jun. 2006b.
- _____. Déficit juvenil ou déficit de lugares? O Desemprego e a ocupação dos jovens nos mercados de trabalho das Metrópoles de Nordeste e do Sudeste. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 10., 2007, Salvador. *Anais...* Salvador: ABET, nov. 2007.
- CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Transição para vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
- CASTRO, Mary Garcia. Pesquisas da UNESCO sobre juventudes no Brasil. In: NOVAES, Regina et al. *Juventude cultura e cidadania*. Rio de Janeiro: ISER, 2002. (Comunicações do ISER. Edição especial).

CORSEUIL, Carlos Henrique; SANTOS, Daniel Domingues; FOGUET, Miguel Nathan. *Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina*. Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2001. (Texto para discussão, 797).

LEITE, Elenice Monteiro. Políticas y estrategias de formación e inserción laboral de jóvenes. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL 'FORMACIÓN E INSERCIÓN LABORAL DE JÓVENES, 2002, Bogotá. *Trabalho apresentado...* Santa Fe de Bogotá, Julio 2002. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/spanish/region/ampro/cinterfor/publ/artef/leite/pdf/ii_4.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2007.

LEME, Maria Carolina da Silva; WAJNMAN, Simone. A alocação de tempo dos adolescentes brasileiros entre o trabalho e a escola. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 12., 2000, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2000.

MADEIRA, Felicia Reicher. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 58, ago. 1986.

_____. Pobreza, escola e trabalho: convicções virtuosas, conexões viciosas. *São Paulo em Perspectiva*, v. 7, n. 1, jan./mar. 1993.

_____. Recado dos jovens: mais qualificação. In: BERQUÓ, E. (org.). *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. v. 2.

MONTALI, Lilia. Trabalho e família sob a reestruturação produtiva. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 11., 1998, Caxambu. *Trabalho apresentado...* Caxambu: ABEP, 1998.

_____. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e desemprego. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Campinas, SP, v. 23, n. 2, jul./dez. 2006.

OIT. *Trabalho decente e juventude: América Latina*. Brasília, 2007.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, Lisboa, v. 25, n. 105-106, 1990.

SARTI, Cynthia. O trabalho de crianças e jovens como experiência simbólica. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO, 3., 2000, Buenos Aires. *Trabalho apresentado...* Buenos Aires, maio 2000. Disponível em: <http://www.colombiajoven.gov.co/injuve/instit/alast/9_sarti.pdf>. Acesso em: 19 maio 2007.

SILVA, Nancy de Deus Vieira; KASSOUF, Ana Lucia. A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos da População*, São Paulo, v. 19, n. 2, jul./dez. 2002.

OS JOVENS DE 15 A 19 ANOS E O DILEMA TRABALHO-ESTUDO: ALGUMAS QUESTÕES RELEVANTES
PARA PENSAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

SPOSITO, Marília Pontes. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

VIEIRA, Joice Melo. Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada entre 1970 e 2000. In: SEMINÁRIO POPULAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE, 2007, Belo Horizonte, MG. *Trabalho apresentado...* Belo Horizonte, MG: ABEP, 2007.

WELTERS, Angela. *Os filhos adolescentes e o mercado de trabalho: uma análise do perfil sócio-econômico, familiar e de gênero dos jovens entre 15 e 19 anos no Brasil em 2006*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Unicamp, Campinas, 2009.

Artigo recebido em 13 de junho de 2010
e aprovado em 3 de agosto de 2010.